

# Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 Avaliado em R\$ 3,78 bilhões, o Flamengo aparece na primeira colocação, à frente do Palmeiras (R\$ 3,4 bilhões)

## Aesop, da Natura, entra na mira de grandes grupos do setor de beleza

A Aesop, marca de luxo da fabricante brasileira de cosméticos Natura & Co, se tornou um dos ativos mais cobiçados do setor de beleza. De acordo com a agência Bloomberg, os gigantes franceses LVMH, maior conglomerado de luxo do mundo, e L'Oreal, uma das líderes globais no mercado de cuidados com a pele, estudam comprar uma fatia da empresa, que está avaliada em US\$ 2 bilhões. Fontes do mercado disseram que o grupo de beleza Shiseido também estaria interessado no negócio.

# 49%

dos empregados brasileiros a partir dos 25 anos e com ensino superior completo querem trocar de emprego em 2023, segundo pesquisa da consultoria Robert Half

## Mais da metade das vítimas de tumores são pessoas de baixa renda

Um levantamento realizado pelo Umame, associação voltada à promoção da saúde, constatou que 55% das vítimas de tumores no Brasil são de baixa renda e escolaridade. Das 229.300 pessoas que morreram por neoplasias no país em 2020, 126.555 tinham até sete anos de estudo — ou seja, sequer completaram o ensino fundamental. Os índices são elevados porque essa faixa da população não tem acesso a sistemas de saúde de qualidade e se expõe mais a riscos, como tabagismo e sedentarismo.

## Ranking polêmico traz os clubes mais valiosos do Brasil

Rankings geralmente são feitos para gerar polêmica, mas alguns parecem exagerar na dose de controvérsia. A consultoria especializada em marketing esportivo Sports Value divulgou seu tradicional estudo sobre os 30 clubes mais valiosos do futebol brasileiro. Avaliado em R\$ 3,78 bilhões, o Flamengo aparece na primeira colocação, à frente do Palmeiras (R\$ 3,4 bilhões). Chama a atenção a discrepância de avaliação entre Atlético e Cruzeiro. Segundo a Sports Value, o Galo vale R\$ 3,12 bilhões, quase cinco vezes a cotação do Cruzeiro (R\$ 686 milhões). Outra surpresa é a posição de destaque do Red Bull Bragantino, que tem valor de R\$ 872 milhões. Assim, o Red Bull supera diversos gigantes do futebol brasileiro — além do Cruzeiro, está acima de Botafogo e Vasco. Para elaborar a lista, a Sports Value considera fatores como dinheiro em caixa, aplicações financeiras, estádio e centro de treinamento, entre outras variáveis.

Gilvan de Souza/Flamengo



## Renda fixa deverá se manter em alta nos próximos meses

Com o cenário de juros altos e incertezas fiscais no âmbito doméstico, os investidores têm buscado ativos mais seguros. Isso é ótimo para a renda fixa. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o segmento movimentou R\$ 457 bilhões em 2022, um avanço de 6,6% sobre 2021. Foi o maior volume da série histórica. O cenário tende a ser parecido em 2023, com a taxa Selic acima de 13% e preocupações com a agenda econômica do governo.



Eu vejo muito interesse do mundo no Brasil e penso que ele será crescente se acertarmos o passo dessas três grandes agendas: a fiscal, a de crédito e a regulatória no sentido amplo, com vistas à reindustrialização"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

## RAPIDINHAS

Marcos Oliveira/Agência Senado



» O secretário especial para Reforma Tributária, Bernard Appy, fará, em 8 de fevereiro, em Brasília, um debate sobre o tema com parlamentares e setores da indústria. A proposta deverá chegar em abril, mas duas emendas já tramitam no Congresso. O encontro será promovido pelo RenovaBR, com participação do economista do Insper Marcos Mendes.

» No evento, estarão presentes as lideranças eleitas que passaram pelo RenovaBR, além de deputados federais, senadores, representantes da indústria e entidades parceiras. "Precisamos resgatar a pluralidade de opiniões e construir consensos num projeto de país mais justo e menos desigual", diz Patricia Audi, diretora-executiva do RenovaBR.

» A XP Asset comprou uma participação minoritária na One7, empresa que atua no mercado de crédito para pessoas jurídicas e atende principalmente companhias de pequeno e médio portes. O negócio foi fechado após um aporte de R\$ 110 milhões. Segundo a XP, a iniciativa possibilitará o acesso a novos clientes.

» A startup mineira Evoluta Energia, especializada em geração e distribuída compartilhada, lança amanhã o primeiro episódio do podcast "Falas de Evolução". A iniciativa, que terá a participação de convidados e especialistas de diversas empresas, tem por objetivo debater o cenário energético brasileiro.

**AMERICANAS /** Ministro do Trabalho diz que o governo está preocupado com a situação dos mais de 40 mil funcionários da companhia. Para Luiz Marinho, é preciso garantir a operação da empresa, que está em recuperação judicial

# Incerteza sobre empregos

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou, ontem, que o governo federal não tem uma saída sobre como enfrentar, ao lado dos mais de 40 mil trabalhadores, a situação envolvendo a Americanas, que revelou há dias um rombo de R\$ 20 bilhões nos seus balanços financeiros e entrou em regime de recuperação judicial. O chefe da pasta se colocou à disposição para dialogar com a empresa ao lado dos sindicatos para encontrar o "melhor caminho" a ser trilhado.

"Esse é um assunto que preocupa muito. Nós estamos iniciando o governo, trabalhando de forma intensa, e o tema trabalho e emprego é estratégico, importante e faz parte das nossas prioridades", disse Marinho, em encontro na manhã de ontem com sindicalistas na sede da Força Sindical, em São Paulo.

O ministro ressaltou que o objetivo do encontro foi ouvir as propostas dos líderes e disse que o caso Americanas preocupa muito o governo federal. "Podemos estar à disposição para

dialogar junto com a empresa. É claro que é preciso muita sensibilidade nisso", avaliou.

Ao avaliar o rombo, ele disse que, "aparentemente, pode ter tido uma irresponsabilidade empresarial", e que isso representa um caso isolado, e não um problema sistêmico.

A possibilidade de falência da empresa, que entregou à Justiça uma lista de quase 8 mil credores e admitiu uma dívida de R\$ 41,2 bilhões, não é descartada por analistas, uma vez que, após a divulgação do rombo no balanço, a companhia vem encontrando problemas para renovar operações com fornecedores. Ontem, a rede varejista pediu à Justiça que impeça as distribuidoras de interromper o fornecimento às lojas energia do grupo por atraso no pagamento das faturas.

Marinho afirmou que é fundamental conseguir um caminho de preservar a continuidade da atividade econômica da Americanas, independentemente de quem seja o seu controlador.

No encontro, os líderes pediram uma participação mais ativa

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Varejista, que luta para manter fornecedores, pediu à Justiça que impeça corte nas contas de luz

do Executivo federal no caso das Americanas para construir um acordo para preservar os mais de 40 mil empregos. Eles também defenderam uma mesa de

negociação envolvendo governo, sindicatos e empresa.

O caso preocupa a área econômica ao impactar o sistema financeiro brasileiro, observou

o ministro. No entanto, reforçou que o "problema dos bancos não pode ser maior do que o tema trabalho e emprego". Ele destacou que há várias questões

jurídicas que podem ser observadas neste caso, mas reforçou que "o enfoque é como preservar empregos, preservar que a empresa continue funcionando".

Sobre a possibilidade de trabalhadores virarem controladores da empresa, como já aconteceu com outras companhias que entraram em crise, o ministro disse que não sabe se isso seria possível. "É bastante complexo, difícil pensar por aí", avaliou.

"Tem que observar o que aconteceu com a Americanas. Seguramente os órgãos fiscalizadores, CVM (Comissão de Valores Mobiliários) da vida, vão observar se não houve fraude nesse processo, aí os órgãos judiciais e de controle têm que debruçar sobre esse assunto para ver qual nível de criminalidade eventualmente possa ter acontecido", disse Marinho.

Questionado se o caso envolvendo a varejista pode levar a discussões sobre alterações na Lei de Falências e recuperação judicial, ele declinou. "Legislações são aperfeiçoadas a qualquer tempo, mas não me consta nada por enquanto", afirmou.

## ENFERMAGEM

# Pressão para garantir piso

» MICHELLE PORTELA

O Fórum Nacional da Enfermagem convocou paralisação nacional de 24 horas para 14 de fevereiro em defesa do piso salarial nacional da categoria. Por meio das redes sociais, a entidade também convocou greve geral para 10 de março, caso a questão da fonte de recursos para pagamento

do piso não seja resolvida até lá. "Se o piso não chegar ao contracheque dos trabalhadores, a enfermagem vai entrar em greve a partir de 10 de março. Chega de enrolação. Chega de espera! A enfermagem não aguenta mais e merece ser valorizada!", afirma comunicado publicado pelo Fórum nas redes sociais.

A declaração foi divulgada após

reunião do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para tentar resolver o problema, cujo prazo para debate terminou na última sexta-feira. Participam do colegiado representantes do Fórum Nacional de Enfermagem, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). O

grupo deverá apresentar um relatório sobre o assunto. O Ministério da Saúde não se pronunciou.

De acordo com o deputado federal Bruno Farias (Avante-MG), o movimento de paralisação é necessário para pressionar o governo a editar medida provisória que garantirá o repasse, para a área de saúde, dos fundos necessários para garantir o pagamento do piso, estabelecido em R\$ 4.750 para enfermeiros pela Lei 14.434, de agosto do ano passado. Pela lei, técnicos de enfermagem têm direito a 75% desse valor, e auxiliares e parteiras, a 50%.

O cumprimento do piso exigiria um montante de R\$ 16 bilhões, segundo estudos da LCA Consultoria. Por essa razão, a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), alegando não haver fonte definida de recursos para o pagamento, entrou com ação direta de inconstitucionalidade contra a lei, no Supremo Tribunal Federal (STF). Em setembro, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, atendeu ao pedido e suspendeu a aplicação da lei.

A suspensão se manteve

mesmo após o Congresso ter aprovado, em dezembro, proposta de emenda à Constituição (PEC) que direciona recursos para o setor público e para as entidades filantrópicas e prestadores de serviços, desde que atendam a, pelo menos, 60% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contudo, a proposta não vingou, uma vez que Barroso atendeu a novas alegações da CNSaúde e outras entidades para o não cumprimento do piso por empresas de saúde privadas, por falta de esclarecimento sobre a fonte de recursos.